



Boletim do Museu Paraense Emílio
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi
Brasil

Hussak van Velthem, Lucia; Kukawka, Katia; Joanny, Lydie
Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 12, núm. 3,
septiembre-diciembre, 2017, pp. 735-748
Museu Paraense Emílio Goeldi
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054357004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural

Museums, ethnographic collections and the quest for intercultural dialogue

Lucia Hussak van Velthem^I, Katia Kukawka^{II}, Lydie Joanny^{III}

^IMuseu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Belém, Pará, Brasil

^{II}Musée d'Aquitaine. Bordeaux, França

^{III}Musée des Cultures Guyanaises. Cayenne, Guiana Francesa

Resumo: O presente artigo enfoca aspectos ligados ao patrimônio cultural indígena depositado em museus e as coleções etnográficas. Ressalta as articulações, cada vez mais intensas, entre as noções de bens, de direitos, de identidades, de pertencimentos, que influenciam as políticas da diferença e do reconhecimento demandadas pelos povos indígenas e nas quais o patrimônio musealizado tem um importante papel a cumprir. O artigo destaca, ainda, aspectos e possíveis caminhos sobre os processos e as perspectivas de documentação e de acesso a esses acervos, os quais permanecem essenciais para a renovação de práticas interativas em museus. Finalmente, discorre sobre o programa Museus da Amazônia em Rede (MAR), que congrega quatro museus da Amazônia Oriental e que visa, essencialmente, à disponibilização de seus acervos e aos efeitos positivos que essa atividade pode gerar no sentido de expandir e aprofundar o diálogo intercultural no espaço museal.

Palavras-chave: Museus. Coleções etnográficas. Patrimônios indígenas. Programa Museus da Amazônia em Rede.

Abstract: This article focuses on some aspects related to the Amerindian cultural heritage deposited in museums and ethnographic collections. It discusses linkages between notions of property, rights, identities, affiliations, which influence the politics of difference and of recognition demanded by Amerindians and in which the heritage present in museums has an important role to play. The article also highlights aspects on the prospects for documentation and access to the collections, which remain essential for the renewal of interactive practices in museums. The Amazonian Museum Network program (MAR) is examined as it brings together four museums in eastern Amazonia and as it essentially aims to make available its collections and the positive effects that this activity can generate in order to expand and deepen intercultural dialogue in museological spaces.

Keywords: Museums. Ethnographic collections. Indigenous heritage. Amazonian Museum Network program.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300004>.

Autora para correspondência: Lucia Hussak van Velthem. Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas (CCH). Av. Perimetral, 1901. Terra Firme, Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (luciavelthem@museu-goeldi.br).

Recebido em 11/02/2015

Aprovado em 22/11/2016

Histórica e culturalmente moldada, a expressão 'patrimônio cultural' designa um conjunto de bens materiais e imateriais que participam da construção de identidades. Intimamente conectadas aos processos de esquecimento e de lembrança, as variantes de apreensão e utilização do patrimônio não envolvem apenas coisas, mas também pessoas e, assim, têm consequências para o indivíduo, a comunidade, o Estado¹. Nesse horizonte, o patrimônio cultural emerge como um lugar de estruturação de valores, resultando em uma categoria extremamente variável e dinâmica.

A temática do patrimônio está cada vez mais produtiva e ativa, atraindo e acarretando estudos, publicações, colóquios e outros acontecimentos em uma dimensão global. Dessa forma, um progressivo aumento da sua conceituação tem sido efetivado, pois foram agregados novos qualificativos ao termo, tais como as expressões 'genético', 'natural', 'imaterial' (Abreu, 2012). Nas últimas décadas, no Brasil, a ampliação do conceito de patrimônio ensejou renovado interesse entre os antropólogos², que passaram a refletir sobre o assunto enquanto um campo de sentido etnográfico fortemente conectado ao diálogo interdisciplinar. As principais discussões enfocam particularmente o 'patrimônio cultural imaterial', pois essa vertente coloca em destaque dimensões sociais específicas, sendo central na ampliação das políticas públicas de proteção, tanto internacionais quanto nacionais.

A Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, ao consagrar uma nova e mais abrangente concepção a esse respeito. Engloba, assim, os bens de natureza material e imaterial, e inclui as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, bem como as criações científicas, artísticas e tecnológicas dos diferentes grupos sociais brasileiros. A orientação multicultural do texto constitucional está expressa no primeiro parágrafo do

artigo 215, ao afirmar que o Estado protegerá as referências culturais de grupos sociais específicos – indígenas, afrodescendentes, imigrantes, as classes populares em geral –, uma vez que todos participam do processo civilizatório nacional (Santilli, 2007; Londres Fonseca, 2012).

Na atualidade, são igualmente significativas as iniciativas de cruzamento de experiências e a consideração dos efeitos decorrentes da imposição dos saberes científicos sobre os sistemas de conhecimentos tradicionais (Tomatore, 2007; Carneiro da Cunha, 2012). Expandiu-se, por outro lado, o interesse pela articulação cada vez mais intensa entre as noções de bens, direitos e identidades, relacionados ao patrimônio cultural e ao potencial de interação do patrimônio musealizado com o público, tanto por meio da identificação com o material exposto, quanto pela possibilidade de contrastar a visão de mundo e a identidade social desse público com outras visões, peculiares a outros povos (Cardoso de Oliveira; Grossi, 2007).

As discussões que convergem para o “[...] caráter ‘construído’ [...] [do] patrimônio [...] com o propósito de articular e de expressar [...] memória[s]” (Gonçalves, 2007, p. 245) permanecem atuais, pois se trata de um dos elementos essenciais na constituição de identidades sociais. Outro aspecto significativo é o fato de o patrimônio cultural poder apresentar uma materialidade; assim, em determinados casos, não há como se falar de um bem patrimonial sem se aludir a esse aspecto. Trata-se, todavia, de uma categoria que transita entre o material e o imaterial, uma vez que o patrimônio reúne uma dimensão imaterial, de significados e valores, e outra, material, que permite essa realização (Gonçalves, 2003, 2005; Meneses, 2012).

Os patrimônios indígenas e os acervos museais, rotulados como etnográficos, representam os temas enfocados neste texto. Procuraremos refletir sobre os processos e as perspectivas da documentação e da

¹ Como mencionado por diversos especialistas, entre os quais Carneiro da Cunha (2005), Gonçalves (2003, 2005), Gallois (2006), Smith (2012) e Arantes (2012).

² Ver, entre outras, as coletâneas organizadas por Abreu e Chagas (2003), Lima Filho et al. (2007), Barros et al. (2007), Coelho de Souza e Lima (2010).

acessibilidade a esses acervos. O intuito é destacar alguns aspectos e possíveis caminhos, não necessariamente inovadores, mas que permanecem essenciais para a renovação das práticas museais referentes às coleções oriundas de povos indígenas e de populações tradicionais. Como exemplo dessa perspectiva, é relatada a conformação de um programa que congrega quatro museus da Amazônia Oriental em torno de um objetivo comum, voltado para a documentação e a acessibilidade de seus acervos e aos efeitos positivos que essas práticas podem gerar, no sentido de expandir e aprofundar o diálogo intercultural.

PATRIMÔNIOS INDÍGENAS E MUSEUS

O interesse pelo patrimônio cultural dos povos indígenas é antigo no cenário das pesquisas antropológicas brasileiras. Esse fato ocorreu porque os patrimônios indígenas se conectam a uma noção complexa e multiforme, caracterizada pela pluralidade e pela diferença (Beltrão; Caroso, 2007), e por remeterem à memória social, através da qual se constroem e se reconstróem identidades.

A noção de patrimônio, tal como a definimos, constitui uma categoria estranha às culturas indígenas. Inscreve-se, antes, em uma lógica própria e em um sistema de práticas e de concepções específicas, particulares a cada povo, e é integrado por diferentes linguagens e saberes. Todavia, o campo do 'patrimônio cultural' permite às sociedades ameríndias manifestarem uma relação de pertencimento, que se conecta tanto ao indivíduo quanto ao coletivo, e no qual a propriedade, o acesso e a transmissão podem estar sujeitos a complexos sistemas de direitos (Coelho de Souza, 2007).

Destaca-se que a gestão das identidades ameríndias está cada vez mais politizada e que, portanto, um dos

principais papéis do patrimônio cultural é o de converter-se em um recurso vital para os povos indígenas, nas demandas de políticas da diferença e do reconhecimento e também para uma distribuição equitativa de seus benefícios (Gallois, 2005; Carneiro da Cunha, 2012). Dessa forma, o patrimônio cultural funcionaria como um instrumento de requalificação de relações, até então assimétricas, para bases que considerariam e respeitariam as singularidades dos povos indígenas e das populações tradicionais. Outro aspecto significativo está relacionado com as ameaças que os patrimônios ameríndios podem sofrer, em especial aqueles passíveis de se converter em fontes e elementos cobiçados pelo mercado, caso dos padrões gráficos, dos artefatos plumários³, assim como dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (Azevedo; Moreira, 2005). Esta constatação, associada a outras mais, indicaram a necessidade e a urgência da documentação das manifestações culturais indígenas, assim como da aplicação de medidas de proteção.

A partir da última década do século XX, surge, no campo do patrimônio, uma significativa preocupação por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que vai se refletir nas recomendações para a salvaguarda da cultura tradicional e popular, privilegiando, assim, um enfoque mais antropológico e global acerca dos patrimônios das diferentes culturas do mundo⁴. No Brasil, os patrimônios indígenas têm sido alvo, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Cultura (MinC), de iniciativas positivas em um contexto amplo de proteção, articulado ao conceito de patrimônio cultural imaterial, e por meio também do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional de Patrimônio⁵.

³ Trata-se de um comércio florescente, sobretudo na Europa. Como exemplo, um diadema de penas Mëbêngokre integra um catálogo de "artes primitivas e de artes pré-colombianas" e foi leiloadado em fevereiro de 2015, em Paris (Interencheres, s.d.).

⁴ Para uma discussão mais aprofundada desses aspectos, ver Lima Filho e Abreu (2007), Lévi-Strauss (2012) e Londres Fonseca (2012).

⁵ Ver Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 (Brasil, 2000). O registro dos patrimônios ameríndios compreende até o presente: 'Arte Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi' (2002); 'Cachoeira de lauretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri' (2006); 'Sistema agrícola tradicional do rio Negro – Amazonas' (2010); 'Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe' (2010); 'Ritxóko – expressão artística e cosmológica do povo Karajá' (2012) e 'Saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá' (2012).

As políticas nacionais de proteção ao patrimônio imaterial abriram novos caminhos aos povos ameríndios e às suas associações no aprimoramento de estratégias de documentação e de registro e na formação de pesquisadores indígenas.

As propostas de registro dos patrimônios ameríndios não cessam, entretanto, de ser questionadas, uma vez que revelam os limites das partições em que se ancoram, pois é saliente o fato de que determinados regimes de conhecimento e de criatividade não se pautam por essas caracterizações⁶. Ademais, sabe-se que “[...] o registro [em si] não [assegura] nem a sobrevivência nem a continuidade de uma determinada prática cultural.” (Gallois, 2006, p. 77), apenas inaugura uma nova etapa na sua trajetória, a ser atualizada pelas circunstâncias históricas (Arantes, 2012). Discussões e outros mecanismos de salvaguarda precisam ser ativados paralelamente, tanto nas aldeias como nos centros urbanos, mas o ponto de partida deve ser, sempre, a própria cultura indígena em questão.

Essas considerações impulsionaram iniciativas exitosas, promovidas na Amazônia por Organizações Não Governamentais (ONGs), tais como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e o Instituto Socioambiental (ISA). Voltadas para a valorização e para revitalização dos patrimônios indígenas, através de sua documentação, essas ações efetivam-se em estreita colaboração com diferentes povos, por meio da realização de oficinas, seminários, encontros, exposições e publicações, atividades que contam com a participação de pesquisadores e de professores indígenas⁷.

As ações de valorização cultural dos patrimônios indígenas compreendem também posicionamentos dos próprios detentores, não apenas a respeito do que é

exibido em instituições museais e outros espaços em nome das culturas indígenas, mas também sobre a possibilidade de controle dos mecanismos de formação, de documentação e de divulgação dos acervos existentes nos museus (Gallois, 2011). Os acervos etnográficos constituem o principal alvo, pois um fator relevante é a constatação de que uma imensa parcela dos patrimônios culturais ameríndios encontra-se depositada em instituições no Brasil e também nos continentes americano e europeu⁸.

A consideração dos museus enquanto importantes espaços de atuação na garantia do direito à memória implica um intrincado movimento pelo reconhecimento e pela visibilidade dos patrimônios ameríndios, o que se efetiva por meio de um diálogo complexo. Travado nessas instituições, este diálogo envolve tanto os interesses classificatórios e documentais dos técnicos como as políticas afirmativas das sociedades indígenas, em um arranjo multifacetado, ainda não completamente consolidado.

MUSEUS E COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS

Os museus conquistaram na atualidade uma significativa centralidade no panorama político e cultural do país, ao se consolidarem como espaços relacionados com a criação, a comunicação, a produção de conhecimentos, a transformação social e a cidadania. Entretanto, muitas instituições museais permanecem como territórios que ainda atestam uma incomensurável distância entre os povos indígenas, as populações tradicionais e as coleções, cujos componentes foram produzidos, justamente, pelos antepassados dessas pessoas.

Em determinados museus, a categoria do colecionamento traduz o processo de formação dos “patrimônios etnográficos” (Corrêa, 2006), constituído por

⁶ Para uma discussão desses aspectos, ver Lima e Coelho de Souza (2010).

⁷ Ver o resultado dessas ações especialmente em Ricardo (2001), Gallois (2002, 2006), Vidal (2009), Grupioni (2009), Velthem e Linke (2010, 2014) e Ladeira (2012, 2013).

⁸ Para referências sobre coleções etnográficas brasileiras na Itália e na Suíça, ver Petrucci (1983) e Damy (1986), respectivamente, e para o detalhamento dessas coleções no Brasil e na Europa, ver Dorta (1992).

coleções de objetos criados e utilizados por povos indígenas. Formadas a partir de um conjunto de metas significativas do desenvolvimento da ciência antropológica, tais coleções levantam uma série de questões históricas, políticas e éticas, que estão relacionadas com as circunstâncias nas quais foram formadas e com os significados e o tratamento conferido aos objetos ameríndios, ao serem incorporados aos museus (Price, 2010). Tais interrogações se estendem ao papel desempenhado nessas instituições particulares pelos descendentes diretos dos povos que produziram os acervos etnográficos, pois se constata que, raramente, possuem o controle do discurso, assim como não exercem, nas práticas curatoriais, os seus conhecimentos acerca dos mesmos acervos⁹.

O papel dos museus é fundamental na condução do diálogo intercultural¹⁰, um processo no qual antropólogos e povos indígenas estão cada vez mais envolvidos. Ao desenvolverem programas dedicados a esse diálogo, as instituições museais permitem que ele seja ampliado e fortalecido, o que inclui a consideração das práticas e das dimensões sociopolíticas dos acervos que preservam e expõem. Entretanto, nos museus, as propostas de diálogo e de práticas interculturais são confrontadas com uma série de dificuldades, uma vez que são, quase sempre, amortecidas pelo caráter formal dessas instituições e pelo fato de serem regidas por um complexo conjunto de diretrizes e de protocolos. Nas reservas técnicas e nas exposições, nem sempre são ressaltadas as múltiplas dimensões dos patrimônios culturais indígenas e, assim, predomina a lógica do acervo etnográfico musealizado, o que “[...] coloca em risco o seu ‘poder de ressonância’”, um mecanismo que evoca complexas e dinâmicas forças, contidas em um determinado objeto cultural, quando é inserido em um contexto expositivo (Gonçalves, 2005, p. 20).

No ambiente de uma reserva técnica de museu, a ressonância aludida reveste-se de uma grande complexidade e, para efetivar-se junto às pessoas indígenas que visitam o espaço, os objetos musealizados precisam ser submetidos a certas práticas e cuidados. Tais iniciativas, para serem plenamente exitosas, devem ter início no próprio processo de coleta. Portanto, ao serem adotadas as perspectivas dos produtores, não seriam conduzidos aos museus artefatos muito desgastados pelo uso, e também aqueles culturalmente destinados ao descarte ou à destruição, após cumprirem suas funções (Velthem, 2012).

A esse respeito, destaca-se que a compreensão dos sentidos de preservação e de custódia em um local específico não constitui um elemento estranho às concepções ameríndias. As aldeias, as comunidades, constituem-se geralmente como espaços extremamente estruturados e ordenados, onde as coisas têm lugar de armazenamento específico¹¹. O que são efetivamente estranhos, e mesmo ofensivos, para os povos ameríndios, ao visitarem uma reserva técnica, seriam determinados métodos, ditados pelas técnicas museológicas, que não levam em conta os significados, as necessidades, a própria essência dos objetos por eles produzidos.

Um exemplo, bastante corriqueiro, refere-se aos artefatos que não devem ser vistos pelos não iniciados, e que, nas reservas técnicas, estão dispostos em estantes sem estarem embalados, portanto, à vista de técnicos e de visitantes. Outros cuidados determinariam que os objetos etnográficos fossem acondicionados nesses espaços de forma similar à que ocorre nas aldeias, em que uns são dispostos nos jiraus, como os arcos e flechas, outros são pendurados, como os abanos, e outros mais, como os ornatos de penas, são reunidos em cestos especiais. A realidade é algo diferente e,

⁹ Para uma discussão mais detalhada desses aspectos, ver Cury e Vasconcellos (2012), Ferreira e Kukawka (2011) e Velthem (2003a, 2004, 2012).

¹⁰ Debatido por Appadurai e Breckenridge (2007) e Price (2010) em outros contextos.

¹¹ Para a descrição desse aspecto entre os Wayana, ver Velthem (2003b).

assim, podemos ver, em determinados museus, arcos e flechas pendurados, abanos deitados e artefatos plumários sem proteção.

Mais recentemente, pensamentos e reflexões no campo patrimonial convergiram para o desencadeamento de uma visão de “patrimônio cultural integrado”, acarretando abordagens e práticas museológicas renovadas (Young, 2002; Pinto, 2013). As transformações que atingiram o campo da museologia voltaram-se, nesse caso, para a concepção de que o museu não deve se preocupar unicamente com a apropriação de objetos e com a sua ordenação, classificação e organização. A nova abordagem estaria voltada preferencialmente para as relações orgânicas estabelecidas pelo museu com o contexto social em que está inserido ou articulado (Barbosa da Silva et al., 2014). Espera-se, portanto, que as instituições museológicas se envolvam cada vez mais em ações de integração com as comunidades, próximas e distantes, ampliando os laços de sociabilidade e de identidades. Nesse horizonte, a construção de políticas de vanguarda para os acervos etnográficos permanece atual e indispensável.

Paralelamente, observa-se que determinadas instituições museais das grandes cidades, ao operarem com acervos relacionados com povos indígenas contemporâneos, reformularam em outras bases as práticas existentes, implementando uma dinâmica renovadora. Destaca-se, entre outros, o Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹², instituição que busca apresentar respostas para as relações que as sociedades indígenas podem e devem estabelecer com o seu passado, no contexto museal. As atividades pautam-se por um princípio museológico de respeito ao saber e ao

fazer dos povos indígenas, da valorização da diversidade cultural e no compromisso com as questões indígenas e da política indigenista (Chagas, 2007). Ações respeitadas e compromissadas, ao se tornarem operantes nos museus etnográficos¹³, possibilitam que seus acervos sejam mais facilmente apropriados, conceitual e politicamente, pelos povos indígenas engajados em processos de rememoração individual e comunitária.

Sublinha-se que uma grande inquietação a respeito do patrimônio cultural em suas articulações contemporâneas refletiu-se na multiplicação de instituições museais, em todas as regiões do Brasil. Neste contexto, sobressai o surgimento dos ‘museus indígenas’, fruto da crescente mobilização e do protagonismo dos povos indígenas no cenário brasileiro. Em 1991, desponta o primeiro desses museus, o Museu Magüta, na cidade de Benjamim Constant, Amazonas (AM), como resultado de um projeto encabeçado pelas lideranças do Conselho Geral da etnia Tikuna. Seguiram-se outras iniciativas de diretrizes museais, tais como o Museu dos Kanindé, em Aratuba, Ceará (CE); o Museu Kuahi dos Povos indígenas do Oiapoque, no Amapá (AP), reunindo os Karipuna, Galibi Marworno e Palikur; o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuire, em Tupã, São Paulo, referência para os Kaingang¹⁴, Guarani, Terena e Krenak; o Museu dos Povos Indígenas Yny Hetó, na ilha do Bananal, Tocantins (TO), organizado pelos Karajá e Javáé.

Paralelamente, espaços de formação, pesquisa e registro documental de aspectos culturais de diferentes povos indígenas foram estabelecidos, tanto em seu próprio território, como em localidades próximas. Alguns exemplos são o Centro Cultural dos Timbira, em Carolina, Maranhão (MA); o Centro de Formação e Documentação Wajãpi,

¹² O Museu do Índio está situado no Rio de Janeiro (RJ) e articula programas de acessibilidade ao seu acervo e de valorização cultural, em parceria com diversos povos indígenas.

¹³ Como ocorre no Museu do Índio/FUNAI e também no Museu Paraense Emílio Goeldi/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo (USP), no Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Museu do Estado de Pernambuco.

¹⁴ Empenhados também na criação de seu próprio espaço museal, o Museu Wowkriwig (Marília Xavier Cury, comunicação pessoal).

na Terra Indígena Waiãpi, Amapá (AP); o Centro Cultural dos Kuikuro e a MAWO - Casa de Cultura Ikpeng, ambas no Parque do Xingu, Mato Grosso (MT).

A criação de museus e centros culturais estreitamente conectados aos povos indígenas permitiu o estabelecimento de importantes espaços de autodeterminação e de valorização de seus patrimônios culturais. Procurando estar de acordo com a lógica e os mecanismos de controle e de gestão patrimonial próprios aos ameríndios, esses locais apresentam “regimes de memória específicos e remetem a uma profunda relação entre a construção de representações sobre si e as formas de organização e mobilização das populações ameríndias” (Gomes, 2012, p. 12). Considerando sempre perspectivas de valorização, em todos os espaços mencionados ocorrem ações concretas voltadas para o registro, a documentação, a classificação, a conservação e a guarda de expressões materiais e imateriais.

Em seu conjunto, as atividades dos museus e de centros culturais indígenas buscam o fortalecimento cultural e são dinamizadas pelas formas de transmissão de conhecimentos, próprias aos povos indígenas¹⁵. Configuram, assim, locais que permitem a reafirmação contínua de identidades e de memórias diferenciadas, face a população não indígena. Nesse quadro renovador, as peças e as coleções depositadas em museus das grandes cidades passam a desempenhar um novo papel e, assim, devem atender, de modo mais efetivo, às demandas dos povos indígenas e das populações tradicionais, em particular aquelas que estão voltadas para a redescoberta e o acesso a seus patrimônios, assim como para a sua documentação e divulgação.

MUSEUS DA AMAZÔNIA EM REDE

Quatro instituições museais localizadas na Amazônia Oriental associaram-se em um programa de cooperação: o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), situado em Belém, Pará, Brasil; o Musée des Cultures Guyanaises (MCG) e o Musée Départemental Alexandre-Franconie (MAF), instalados em Caiena, Guiana Francesa; e o Stichting Surinaams Museum (SSM), estabelecido em Paramaribo, Suriname. Trata-se do Programa Museus da Amazônia em Rede (MAR)¹⁶, cujos objetivos se conectam a uma atuação que pretende ser inovadora no campo da cooperação entre museus.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é o mais antigo museu da Amazônia, tendo sido criado em 1866. As primeiras coleções foram reunidas no final do século XIX, e referem-se, no presente, às seguintes áreas: botânica, zoologia, arqueologia, etnografia, linguística, paleontologia, minerais e rochas, e também a um grande acervo bibliográfico e arquivístico (Velthem et al., 2014). A Coordenação de Ciências Humanas tem sob sua guarda a coleção etnográfica, cujo acervo abrange diversas categorias artesanais, representativas de 119 povos ameríndios que vivem no Brasil e no Peru; outras coleções são oriundas de populações tradicionais amazônicas, e outras, ainda, do Suriname e da África Central, estas do final do século XIX.

O Musée des Cultures Guyanaises é uma instituição rotulada como ‘Musée de France’, consolidada na segunda metade do século XX. Esse museu preserva numerosos objetos etnográficos, reunidos através de coletas sistemáticas, as quais enfocaram os povos indígenas e as comunidades tradicionais habitantes da

¹⁵ Sobre as atividades do Museu Kuahi, ver Vidal (2009), e para as do Museu Índia Vanuire, ver Pinheiro (2012); sobre a implantação do Museu dos Kanindé, ver Gomes (2012); sobre as ações desenvolvidas no Centro Cultural dos Timbira, ver Ladeira (2012); e a Casa de Cultura Ikpeng, ver Instituto Catitu (s. d.).

¹⁶ O Programa MAR é desenvolvido por pesquisadores e técnicos dos quatro museus participantes. Na atualidade, é integrado, no Museu Paraense Emílio Goeldi, por Fabio Jacob, Suzana Primo dos Santos, Alegria Celia Benchimol e Lucia Hussak van Velthem (coordenadora); no Musée des Cultures Guyanaises, por Marion de Geyer, Marie-Paule Jean-Louis e Lydie Joanny (coordenadora); no Musée Alexandre Franconie, por Gilles Privat e David Carita (coordenador); no Stichting Surinaams Museum, por Erienne Lourens, Jeny Kornelis e Jillardus van Putten (coordenador).

Guiana Francesa e suas fronteiras. O acervo compreende também coleções arqueológicas e iconográficas, além de fundos documentais que são significativos para o conhecimento da história do território guianense (Jean-Louis, 2014).

O Musée Départemental Alexandre-Franconie incorporou-se ao programa MAR recentemente. Trata-se de uma das mais antigas instituições culturais guianenses, inaugurado em 1901 com o objetivo de apresentar o conjunto dos recursos ambientais e culturais da Guiana (Carita, 2014). Assim sendo, seu acervo é diversificado e reúne espécimes de fauna e de flora, amostras de minerais e de rochas, objetos arqueológicos, etnográficos e, sobretudo, históricos.

O Stichting Surinaams Museum representa uma instituição voltada para a história e a etnografia do Suriname. A origem de suas coleções remonta ao ano de 1863, quando foi criado um museu colonial, mas a estrutura do atual museu consolidou-se logo após a Segunda Guerra Mundial (Putten, 2014). Possui coleções etnográficas, arqueológicas, de artes visuais, tecelagem e mobiliário, e também um significativo fundo de fotografias que retratam o cotidiano dessa antiga colônia holandesa.

O programa Museus da Amazônia em Rede foi criado para permitir o desenvolvimento de processos de documentação, de divulgação e de acessibilidade no campo do patrimônio e da museologia. Sua estruturação em 2010 constituiu uma iniciativa do museu guianense e inscreveu-se, desde o início, em um quadro de crescente ativismo, adotado pela Guiana Francesa, para reforçar os laços com seus vizinhos continentais. A esse respeito, o presidente da *Région Guyane* enfatizou que

o programa MAR, ao disponibilizar em rede objetos históricos e arqueológicos, permite “reforçar a identidade dos habitantes do Planalto das Guianas, através daquilo que sua história pode ter em comum; além disso, a oportunidade de acesso à cultura artística e patrimonial desses países conduz à abertura de um espaço único de trocas entre essas populações e as instituições locais” (Alexandre, 2014, p. 11).

O programa representa, portanto, iniciativa que busca viabilizar uma cooperação transfronteira, fundamentada em uma perspectiva de troca, e de colaboração entre as instituições participantes, notadamente em relação aos acervos que elas preservam. A ideia de base dessa rede conecta-se a três indicadores: um território comum, coleções etnográficas assemelhadas e objetivos compartilhados. O território comum é constituído pelo Planalto das Guianas¹⁷, permitindo ampliar e aprofundar a tomada de consciência do caráter transfronteiriço que influencia, de muitas formas, a vida dos povos indígenas e, em outra medida, das populações *bushinenge*¹⁸, *créole*, hmong, chinesa, haitiana, javanesa, hindu, as quais também vivem nessa região e configuram, na Guiana Francesa e no Suriname, um quadro multicultural bastante complexo (Joanny, 2014).

As instituições museológicas preservam, em Belém, Caiena e Paramaribo, um número equivalente de peças¹⁹, provenientes, no caso dos povos ameríndios, dos Wayana, Aparai, Tiriyó, Kachuyana, Galibi, dos Kali'na, Wajãpi, Karipuna, Lokono, Parikwene (Palikur) e Teko (Emerillon). No caso das populações *bushinenge*, as peças são originárias dos Saamaká, Ndyuka, Kwinti, Aluku e Paramaka, e são mais numerosas nos museus da Guiana Francesa e do Suriname.

¹⁷ O Planalto das Guianas é um conjunto geológico da América do Sul. Seus limites são definidos pelo rio Orenoco, ao norte, e rio Amazonas, ao sul. Compreende os territórios da Guyana, do Suriname, da Guiana Francesa e da porção oriental da Venezuela e dos estados brasileiros do Amapá e do Pará.

¹⁸ Esse termo constitui uma referência genérica para povos de origem africana que vivem principalmente no Suriname e na Guiana Francesa, onde também são referidos como *maroon*.

¹⁹ Para o Museu Paraense Emílio Goeldi, 2.400, de um total de 15 mil peças etnográficas; para o Musée des Cultures Guyanaises, 2.300, de um total de 10 mil peças; para o Stichting Surinaams Museum, 2.200, de um total de 9,3 mil peças.

Deve ser destacado que as coleções etnográficas dessas instituições são muito próximas não apenas em termos de origem cultural, mas também na incidência de mesmas categorias artesanais. Assemelham-se também por determinadas práticas curatoriais de conservação, as quais se apoiam em um sistema de controle ambiental das reservas técnicas²⁰. As coleções dos quatro museus possuem ainda em comum o fato de terem sido constituídas a partir de um movimento de extração de um contexto cultural específico para serem introduzidas em uma instituição museal. Dessa forma, refletem o interesse dos respectivos coletores e as influências do contexto social e acadêmico em que estes viviam e trabalhavam (Velthem, 2004, 2012).

Os objetivos compartilhados pelos quatro museus estão voltados para a organização e o desenvolvimento de uma prática colaborativa, que visa desencadear projetos no campo da documentação de suas respectivas coleções e na capacitação dos técnicos que trabalham nessas instituições. No quadro do programa MAR, os primeiros passos para alcançar esses complexos objetivos exigiram a realização de ações conjuntas para a unificação das práticas museológicas e a criação de ferramentas metodológicas, tais como um vocabulário controlado, com o objetivo de normatizar e aprofundar a documentação – histórica, etnográfica, museológica – dos respectivos acervos.

Esse processo colaborativo foi fundamental para permitir a busca de soluções visando ao cumprimento das missões institucionais de conservar, estudar, transmitir e difundir as respectivas coleções. Consequentemente, foram organizadas atividades de formação²¹ e estágios profissionais para os técnicos que trabalham nos museus envolvidos no programa, assim como encontros transfronteiriços, conectados ao tema do patrimônio, e destinados igualmente aos atores culturais locais: lideranças e associações indígenas, professores, artesãos,

artistas plásticos. Esse procedimento se estendeu a outras atividades, tais como exposições e publicações, caso da exposição “Linked heritage: an exhibition from the Amazonian Museum Network”, instalada no museu surinamense em 2013, e do catálogo homônimo, lançado um ano depois no Musée des Cultures Guyanaises.

As coleções etnográficas constituem o eixo central do programa MAR e representam o fator que é comum às instituições museais, por serem assemelhadas do ponto de vista de sua origem cultural, como mencionado. Na formulação do programa, foi enfatizado e considerado o fato de que as pessoas que produziram e posteriormente venderam, trocaram ou cederam, em outras condições de transferência, as peças dos acervos dos museus participantes não têm a possibilidade, no presente, de acessá-los completa ou parcialmente (Ferreira; Kukawka, 2011). Julgou-se acertadamente que tal situação deveria cambiar e, assim, foi iniciado um processo de acessibilidade e de valorização em uma perspectiva patrimonial diversificada. Objetivou-se, desse modo, a aproximação desses museus com as populações ameríndias e *bushinenge*, por meio da acessibilidade de suas coleções, o que permite fortalecer o diálogo intercultural²². O programa MAR, ao buscar o estabelecimento de outro modelo de trabalho, certamente impactará a política de gestão de coleções das instituições envolvidas.

Para a concretização desses pressupostos, esforços foram canalizados a fim de permitir o acesso virtual aos acervos, tanto para as populações de onde se originaram como para um público mais amplo. Neste particular, o principal interesse do programa refere-se à certa maneira de utilizar, ou melhor, de adaptar a prática museológica na visibilização de acervos de bens culturais, visando a desencadear, nas populações da região do Planalto das Guianas, múltiplos processos de reapropriação de seus patrimônios

²⁰ Para mais detalhes sobre esse sistema de monitoramento ambiental contínuo e preventivo, ver Velthem et al. (2004).

²¹ Para detalhes sobre as ações de formação profissional, ver Joanny (2014) e Joanny e Jean-Louis (2014).

²² Um importante e pioneiro artigo sobre essa crucial questão para os museus etnográficos é o de Gallois (1991).

musealizados, assim como auxiliá-las na articulação de projetos de documentação e de revitalização cultural.

As tecnologias da informação possibilitaram a criação de um *site*²³ na internet (Museus da Amazônia em Rede, s.d.), que propiciou a disponibilização e consequente acessibilidade de parcela dos acervos dos museus envolvidos no programa MAR. O *site* é dotado de um catálogo virtual, contendo fotos digitalizadas e referências²⁴, que identificam cada um dos objetos das coleções selecionadas, representativas das populações do Planalto das Guianas. Visando a garantir a inteligibilidade, o *site* é consultável em quatro línguas²⁵ e os dados são apresentados sob a forma de fichas. Ao término do programa, a página *online* conterá mais de sete mil referências dos acervos dos museus envolvidos em sua execução. Paralelamente, foi elaborada uma ferramenta que permite às populações distanciadas e não conectadas à internet o acesso ao catálogo. Inicialmente restrita às escolas e às bibliotecas na Guiana Francesa, esse procedimento estender-se-á a outras instituições culturais e educacionais, no Brasil e no Suriname.

DIÁLOGO INTERCULTURAL: ALGUMAS PRÁTICAS

Ao se refletir sobre o desempenho atribuído aos museus etnográficos, constata-se que eles podem se revelar de forma positiva quando as suas práticas correspondem às aspirações dos produtores dos acervos, permitindo que certa ressonância se materialize. Essas aspirações se concretizam na mesma medida em que a instituição é capaz de atribuir uma significação aos objetos que fazem parte de suas coleções, em uma base regida pela interculturalidade

(Velthem, 2012). Nesse caso, é requerido de tais museus o aprofundamento dos processos de acessibilidade física de seus acervos aos especialistas indígenas nos trabalhos de identificação, documentação e acondicionamento²⁶, assim como para uma ativa participação nas diferentes etapas de preparação e montagem de exposições²⁷. Tais atividades são essenciais para os processos de apropriação ameríndia dos seus patrimônios musealizados.

Nas instituições museais, quando a documentação dos objetos etnográficos se volta para o embasamento do diálogo intercultural e da interculturalidade, devem ser desenvolvidos sistemas de documentação diversificados, tanto do ponto de vista técnico como conceitual. Isso é necessário porque as múltiplas significações contidas em um artefato indígena não podem ser apreendidas unicamente pelas corriqueiras técnicas museológicas, pois não preenchem as necessidades de análise que ele suscita, relacionadas com a caracterização dos regimes de conhecimento, de criatividade, de constituição de indivíduos e coletivos (Lima; Coelho de Souza, 2010). Nesse caso, seria como se o artefato tivesse sido despojado de sua complexidade intrínseca, o que impede a sua compreensão profunda.

Os objetos etnográficos possuem uma relação de continuidade com as culturas de origem, e a reflexão que se desenvolve a partir desse pressuposto investe na necessidade da tomada de consciência da presença do Outro na instituição museal, ao invés de apenas torná-lo presente por meio de seus bens materiais (Velthem, 2012). Esse movimento é significativo, na medida em que o papel político desempenhado pelos museus etnográficos na atualidade é constituído pela possibilidade de conferir representatividade

²³ Ver: amazonian-museum-network.org.

²⁴ Os itens constantes do catálogo são os seguintes: identificação, denominação, designação vernacular, grupo cultural, autor, procedência, matéria-prima, técnica de manufatura, dimensões, uso, datação, data de entrada na coleção, domínio, localização e foto.

²⁵ Inglês, português, francês e holandês.

²⁶ No Museu do Índio e no Museu Paraense Emílio Goeldi, várias iniciativas efetivaram a documentação de coleções pelos próprios indígenas. Na instituição paraense, os projetos envolveram os Tikuna, os Kaapor, os Mëbêngokre, os Baniwa, os Wayana e os Aparai.

²⁷ Caso da exposição "A presença do invisível na vida cotidiana dos povos indígenas do Oiapoque", inaugurada no Museu do Índio em 2007 (Vidal, 2009).

aos povos indígenas e às populações tradicionais, o que pode ser conseguido também por meio dos sentidos, entre os quais o de pertencimento, que impregnam suas coleções. Portanto, quanto mais forte e consistente é a significação atribuída aos acervos, maior é a capacidade de identificação dessas sociedades com o patrimônio musealizado. O museu pode, então, conferir a esses sujeitos voz e representação no seio da instituição, o que permite ampliar o diálogo entre as culturas²⁸. Essas considerações constituem diretrizes que tanto pautaram a estruturação como orientam o atual desenvolvimento do programa MAR.

O diálogo intercultural se amplia quando há a possibilidade de visibilizar os acervos etnográficos em um sentido efetivo. Devido ao fato de estarem encerrados nas reservas técnicas dos museus, tais acervos adquiriram outros significados e outros regimes de visibilidade, como resposta aos novos contextos a que foram submetidos. Os recentes movimentos dos povos indígenas de descoberta dos museus e de suas coleções contribuem para promover a continuidade, a transmissão, a circulação e a inovação de seus patrimônios musealizados. Nesse sentido, poderíamos, talvez, caracterizar esse movimento como um “trabalho de fronteira” (Barreto, 2014, p. 26), em que teríamos, nas práticas de acessibilidade, não apenas uma possibilidade de conhecimento e de representação do social, mas também uma apresentação patrimonial em uma estrutura compreensiva e ressonante. Este é o sentido que se pretende dar, através da elaboração do *site* do programa MAR, cujo objetivo é disponibilizar os acervos selecionados nos diferentes museus.

Nessas instituições a promoção de processos de documentação e de acessibilidade de indígenas aos seus patrimônios criariam, uma vez implantados, as condições necessárias para permitir o afloramento de conhecimentos e também para que elementos, até então escamoteados, pudessem surgir e se tornarem visíveis. Apresentados

de forma consistente, esses conhecimentos adensariam as ações de salvaguarda e as dinâmicas de preservação. Poderiam, ainda, atenuar a tensão existente entre os contextos dinâmicos de onde as coleções se originaram e as tendências estáticas encontradas nos espaços museais (Appadurai; Breckenridge, 2007). Para os povos indígenas, a ativação de contextos de valorização e de acessibilidade dos acervos musealizados, como proposto pelo programa MAR, permite gerar a formulação de espaços simbólicos de reconhecimento e de protagonismo político, multiplicando os movimentos de apropriação dos seus patrimônios musealizados para fins políticos de autodeterminação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Coord.). **Questões indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari/MAE-USP/SEC, 2012. p. 28-40.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- ALEXANDRE, Rodolphe. Préface. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaises, 2014. p. 10-11.
- APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Cecile. Museus são bons para pensar: o patrimônio em cena na Índia. Tradução Claudia M. P. Storino. **MUSAS**, Brasília, n. 3, p. 10-26, anual 2007.
- ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural. In: SOUZA LIMA, A. C. (Coord.). **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED; Brasília: ABA, 2012. p. 110-124.
- AZEVEDO, Cristina Maria A.; MOREIRA, Teresa Cristina. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 45-61, anual 2005.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico; VIEIRA, Marco Estevão de M.; ZIMANI, Paula; TURBAY, Pedro; PASSOS, Renata. **Encontros com o futuro**: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI. Brasília: IBRAM, 2014.

²⁸ Para uma abordagem a respeito das opções para os museus do século XXI, segundo as quais o “diálogo das culturas” é um componente fundamental, ver Price (2010).

BARRETO, Francisco S. Por uma experiência da intersubjetividade museal: elementos para uma agenda de comunicação e museus. **MUSAS**, Brasília, v. 7, n. 6, p. 8-27, anual 2014.

BARROS, Benedita da Silva; LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PINHEIRO, Antônio do Socorro Ferreira (Org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Centro Universitário do Pará, 2007. 342 p.

BELTRÃO, Jane Felipe; CAROSO, Carlos. Patrimônio, linguagens e memória social: problemas, estudos e visões no campo da antropologia. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-55.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 2 jan. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto; GROSSI, Mirian. A ABA e as pesquisas sobre o patrimônio cultural. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 7-10.

CARITA, David. Collections of the Musée Départemental Alexandre-Franconie. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaïses, 2014. p. 39-47.

CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 439-464, jan.-abr. 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela. Introdução. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, anual 2005.

CHAGAS, Mário. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 175-198.

COELHO DE SOUZA, Marcela. A dívida indígena e a dívida antropológica. In: BARROS, Benedita da Silva; LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PINHEIRO, Antônio do Socorro Ferreira (Org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Centro Universitário do Pará, 2007. p. 101-117.

COELHO DE SOUZA, Marcela; LIMA, Edilene Coffaci (Org.). **Conhecimento e cultura**: práticas de transformação no mundo indígena. Brasília: Athalaia, 2010. 260 p.

CORRÊA, Alexandre F. Patrimônios, museus e subjetividades. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 4, n. 2, p. 135-142, enero 2006.

CURY, Marília Xavier; VASCONCELOS, Camilo de Mello. Introdução – Questões indígenas e museus. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Coord.). **Questões indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari/MAE-USP/SEC, 2012. p. 17- 19.

DAMY, Antonio S. Materiais etnográficos brasileiros na Suíça. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, São Paulo, v. 31, p. 211-269, 1986.

DORTA, Sonia F. Coleções etnográficas: 1650-1955. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 501-528.

FEREIRA, Jean Paul; KUKAWKA, Katia. Restituer le patrimoine. État des lieux et propositions pour une action concertée en Guyane. In: MAM LAM FOUCK, S.; HIDAIR, S. (Ed.). **La question du patrimoine en Guyane**. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2011. p. 123-136.

GALLOIS, Dominique. Patrimoines indigènes: de la culture “autre” à la culture “pour soi”. In: THYS, Marianne (Org.). **Índios no Brasil**. Bruxelas: Ludion/Europalia, 2011. p. 29-46.

GALLOIS, Dominique (Org.). **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas**: exemplos no Amapá e norte do Pará. Rio de Janeiro: Iepé, 2006.

GALLOIS, Dominique. Os Wajãpi em frente à sua cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 110-129, anual 2005.

GALLOIS, Dominique. **Kusiwa**: pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI/CTI/NHII-USP, 2002.

GALLOIS, Dominique. O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural. **Ciências em Museus**, v. 1, n. 2, p. 137-142, 1991.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. 2012. 324 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan.-jun. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 21-29.

GRUPIONI, Denise. **Arte visual dos povos Tiriyo e Kaxuyana**. Padrões de uma estética ameríndia. São Paulo: Iepé, 2009.

INSTITUTO CATITU. **MAWO - Centro de formação, pesquisa, registro e divulgação da cultura Ikpeng**. [s.d.]. Disponível em: <<http://institutocatitu.org.br/projetos/mawo/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

INTERENCHERES. Les ventes des commissaires-priseurs. [s.d.]. Disponible en: <<http://www.interencheres.com/>>. Accès en: 2 janv. 2015.

JEAN-LOUIS, Marie-Paule. Collections of the Musée des Cultures Guyanaises. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaises, 2014. p. 29-37.

JOANNY, Lydie. Présentation des Musées d'Amazonie en réseau. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaises, 2014. p. 22-27.

JOANNY, Lydie; JEAN-LOUIS, Marie-Paule. **Réseau de musées en Amazonie**: une démarche collaborative qui favorise l'accessibilité et la valorisation des collections. Cayenne: MCG, 2014.

LADEIRA, Elisa (Org.). **Muxan akadakik**. A tatuagem Matis. Brasília: CTI, 2013.

LADEIRA, Elisa (Org.). **Timbira**: nossas coisas e saberes: coleções de museus e produção da vida. São Paulo: CTI, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio material e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: MinC/IPHAN, 2012. p. 77-82.

LIMA, Edilene Coffaci; COELHO DE SOUZA, Marcela. Apresentação. In: LIMA, Edilene Coffaci; COELHO DE SOUZA, Marcela (Org.). **Conhecimento e cultura**: práticas de transformação no mundo indígena. Brasília: Athalaia, 2010. p. 7-13.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368 p.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 21-43.

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN, 2012. p. 83-97.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2012, Brasília. **Anais...** Brasília: MinC/IPHAN, 2012. v. 1, p. 25-39.

MUSEUS DA AMAZÔNIA EM REDE. Coleções do Planalto das Guianas. [s.d.]. Disponível em: <<http://amazonian-museum-network.org/pt-br>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

PETRUCCI, Valeria. As coleções etnográficas brasileiras na Itália. In: RIBEIRO, B. (Org.). **A Itália e o Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Index Editora, 1983. P. 47-55.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Kaingang, Guarani, Terena e Krenak e o Museu Índia Vanuire: identidades, alteridades e intervenções político-sociais. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Coord.). **Questões indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari/MAE-USP/SEC, 2012. p. 180-191.

PINTO, Celina Bárbaro. Museu, comunidade e patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso - o Museu da Terra de Miranda. **MIDAS**, n. 2, 18 abr. 2013. Disponível em: <<http://midas.revues.org/210>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

PRICE, Sally. Cultures en dialogue: options pour les musées du XXI e siècle. In: DUFRÊNE, Thierry; TAYLOR, Anne-Christine (Org.). **Canibalismes disciplinaires**: quand l'histoire de l'art et l'anthropologie se rencontrent. Paris: Musée du quai Branly/INHA, 2010. p. 269-278.

PUTTEN, Laddy van. Collections of the Stichting Surinaams Museum. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaises, 2014. p. 59-69.

RICARDO, Carlos Alberto. **Arte Baniwa**: cestaria de Arumã. São Gabriel da Cachoeira FOIRN; São Paulo: ISA, 2001.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: BARROS, Benedita da Silva; LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PINHEIRO, Antônio do Socorro Ferreira (Org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Centro Universitário do Pará, 2007. p. 119-138.

SMITH, L. Discussion. In: BENDIX, Regina F.; EGGERT, Aditya; PESELMANN, Arnika (Ed.). **Heritage regimes and the State**. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2012. p. 389-394. (Göttingen Studies in Cultural Property, v. 6).

TORNATORE, Jean-Louis. Qu'est ce qu'un ethnologue politisé? Expertise et engagement en socio-anthropologie de l'activité patrimoniale. **Ethnographiques.org**, Paris, n. 12, févr. 2007. Disponible en: <<http://www.ethnographiques.org/2007/Tornatore>>. Accès en: 8 juin. 2013.

VELTHEM, Lucia H. van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Objeto etnográfico, coleções e museus. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, 1., 2004, Belém. **Anais...** Belém: CESUPA/MPEG, 2004. p. 71-77.

VELTHEM, Lucia H. van. "Objets de mémoire": indiens, collections et musées au Brésil. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Lisboa v. 45, p. 133-149, 2003a.

VELTHEM, Lucia H. van. **O belo é a fera**: a estética da produção e da predação entre os Wayana. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003b.

VELTHEM, Lucia H. van; LINKE, Iori Leonel. **O livro do Arumã**. Wama Pampila. Aruma papeh. São Paulo: Iepé, 2014.

VELTHEM, Lucia H. van; CHAVES, Carlos; SANTOS, Suzana P. Collections of the Museu Paraense Emílio Goeldi. In: JEAN-LOUIS, M.-P.; PUTTEN, L. van; VELTHEM, L. H. van (Ed.). **Linked heritage**: an exhibition from the Amazonian Museum Network. Cayenne: Musée des Cultures Guyanaises, 2014. p. 49-57.

VELTHEM, Lucia H. van; LINKE, Iori Leonel (Org.). **Livro da arte gráfica Wayana e Aparai**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI/Iepé, 2010.

VELTHEM, Lucia H. van; TOLEDO, Franciza L.; BENCHIMOL, Alegria; ARRAES, Rosa L.; SOUZA, Ruth C. A coleção etnográfica do Museu Goeldi: memória e conservação. **MUSAS**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 121-134, anual 2004.

VIDAL, Lux. **Povos indígenas do baixo Oiapoque**: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI/Iepé, 2009.

YOUNG, Linda. Rethinking heritage: cultural policy and inclusion. In: SANDELL, R. (Ed.). **Museums, society, inequality**. London/New York: Routledge, 2002. p. 203-212.